



Income statement
Revenues
Net sales
Other income
Expenses
Operating Expenses
S & A
Net Income

Balance sheet
Assets
Current Assets
Fixed Assets

Liabilities
Current Liabilities

Equity
Paid-in Capital
Retained Earnings

Cash flow
Operations
Net earnings
Depreciation
Investments
Financing

2º Simulado

SEFAZ AL

Auditor Fiscal da Receita
Estadual - Pós-edital

Simulado Especial

2º Simulado SEFAZ AL – Auditor Fiscal da Receita Estadual

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da SEFAZ AL;
- 2 – A prova contém **160 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-AL-07-08-21>

01 – C E	21 – C E	41 – C E	61 – C E	81 – C E	101 – C E	121 – C E	141 – C E
02 – C E	22 – C E	42 – C E	62 – C E	82 – C E	102 – C E	122 – C E	142 – C E
03 – C E	23 – C E	43 – C E	63 – C E	83 – C E	103 – C E	123 – C E	143 – C E
04 – C E	24 – C E	44 – C E	64 – C E	84 – C E	104 – C E	124 – C E	144 – C E
05 – C E	25 – C E	45 – C E	65 – C E	85 – C E	105 – C E	125 – C E	145 – C E
06 – C E	26 – C E	46 – C E	66 – C E	86 – C E	106 – C E	126 – C E	146 – C E
07 – C E	27 – C E	47 – C E	67 – C E	87 – C E	107 – C E	127 – C E	147 – C E
08 – C E	28 – C E	48 – C E	68 – C E	88 – C E	108 – C E	128 – C E	148 – C E
09 – C E	29 – C E	49 – C E	69 – C E	89 – C E	109 – C E	129 – C E	149 – C E
10 – C E	30 – C E	50 – C E	70 – C E	90 – C E	110 – C E	130 – C E	150 – C E
11 – C E	31 – C E	51 – C E	71 – C E	91 – C E	111 – C E	131 – C E	151 – C E
12 – C E	32 – C E	52 – C E	72 – C E	92 – C E	112 – C E	132 – C E	152 – C E
13 – C E	33 – C E	53 – C E	73 – C E	93 – C E	113 – C E	133 – C E	153 – C E
14 – C E	34 – C E	54 – C E	74 – C E	94 – C E	114 – C E	134 – C E	154 – C E
15 – C E	35 – C E	55 – C E	75 – C E	95 – C E	115 – C E	135 – C E	155 – C E
16 – C E	36 – C E	56 – C E	76 – C E	96 – C E	116 – C E	136 – C E	156 – C E
17 – C E	37 – C E	57 – C E	77 – C E	97 – C E	117 – C E	137 – C E	157 – C E
18 – C E	38 – C E	58 – C E	78 – C E	98 – C E	118 – C E	138 – C E	158 – C E
19 – C E	39 – C E	59 – C E	79 – C E	99 – C E	119 – C E	139 – C E	159 – C E
20 – C E	40 – C E	60 – C E	80 – C E	100 – C E	120 – C E	140 – C E	160 – C E

LÍNGUA PORTUGUESA

Felipe Luccas

TEXTO I

Se engana quem pensa que é obrigatório escolher entre construir um mundo mais sustentável ou ter bons resultados financeiros em uma empresa. Pelo contrário: cuidar do meio ambiente, ter responsabilidade social e adotar melhores práticas de governança são, na verdade, fatores que ajudam no balanço das empresas – e esse é um dos motivos para que termos como ESG tenham se tornado mais populares.

Um estudo realizado pela consultoria BCG, por exemplo, mostrou que empresas que adotam melhores práticas ambientais, sociais e de governança veem diversos impactos positivos, como maior lucratividade e até uma melhora em seu valor de mercado ao longo do tempo.

Em outras palavras, negócios que se comprometem com as melhores práticas de gestão acabam tendo uma operação mais sustentável em diversos aspectos, incluindo o econômico e na gestão de riscos – e, como consequência, geram resultados melhores ao longo do tempo.

ESG é a sigla em inglês para “environmental, social and governance” (ambiental, social e governança, em português), geralmente usada para medir as práticas ambientais, sociais e de governança de uma empresa. ESG pode ser usado para dizer quanto um negócio busca formas de minimizar seus impactos no meio ambiente, construir um mundo mais justo e responsável para as pessoas em seu entorno e manter os melhores processos de administração.

Além disso, ESG também pode ser usado para investimentos com critérios de sustentabilidade. Em vez de analisar apenas índices financeiros, por exemplo, investidores também observam fatores ambientais, sociais e de governança de uma companhia.

<https://blog.nubank.com.br/esg-o-que-e/>

No que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto I, julgue os seguintes itens.

01. De acordo com o texto, a política ambiental de uma empresa pode ser critério para atração de investimentos.

02. Deduz-se do texto que a sustentabilidade e os bons resultados de uma empresa não são variáveis mutuamente excludentes.

03. Manteria a correção gramatical e o nível de formalidade do texto a substituição de “Se engana” (1º período) por “Engana-se”.

04. Sem prejuízo a correção gramatical, o travessão utilizado no primeiro parágrafo poderia ser substituído por vírgula.

05. Os vocábulos “sustentável” e “obrigatório” se acentuam pela mesma regra gramatical.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Em relação aos atos, aos poderes e à organização da administração pública, julgue os itens a seguir.

06. Um ato discricionário válido poderá ser revogado, inclusive quando a análise da ilegalidade for de competência do Poder Judiciário.

07. As sociedades de economia mista são entidades de direito privado sujeitas à supervisão ministerial, estando vinculadas ao ministério do setor correspondente à atividade desenvolvida.

08. Suponha que determinado servidor público praticou falta funcional, violando os deveres impostos pelo estatuto que rege a sua carreira. Nessa situação, a administração deverá aplicar-lhe a correspondente sanção, com fundamento em seu poder de polícia.

Acerca da responsabilidade civil estatal, julgue o item a seguir.

09. O Estado pode demonstrar, através de provas, que a culpa pelo evento danoso decorreu de conduta imputável unicamente ao particular, afastando, assim, da responsabilidade civil objetiva.

Julgue os itens seguintes sobre os serviços públicos, os atos de improbidade, o processo administrativo e o controle da administração pública.

10. O valor das tarifas pagas pelos usuários, como forma de remuneração aos concessionários de serviços públicos, é fixado pelo preço da proposta vencedora da licitação.

11. Determinado agente público foi condenado pela prática de ato de improbidade administrativa, e, na sentença, o magistrado determinou a perda da função pública e a suspensão de seus direitos políticos por cinco anos. Nesse caso, é correto afirmar que o agente praticou ato administrativo que importa em enriquecimento ilícito, decorrente de ação ou omissão, dolosa ou culposa.

12. A competência é irrenunciável, em regra, podendo excepcionalmente ser avocada por uma autoridade hierarquicamente superior, por motivos relevantes e prazo indeterminado.

13. O sistema de controle interno deve ser mantido de forma integrada pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário com a finalidade de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Acerca das licitações, com base na Lei nº 14.133/2021, julgue os itens subsequentes.

14. Na hipótese de a administração pretender locar imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, a licitação é dispensável, devendo constar do processo de dispensa as justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela administração e que evidenciem vantagem para ela.

15. O pregão deve ser obrigatoriamente adotado quando o objeto da licitação for a aquisição de bens e serviços comuns, admitindo como critérios de julgamento os de menor preço ou o de maior desconto.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

16. Acerca da aplicabilidade e da interpretação das normas constitucionais, julgue o item seguinte. As normas constitucionais de eficácia plena podem, em regra geral, ser revistas pelo poder reformador.

17. Considerando os princípios, direitos e garantias fundamentais previstos na CF e a responsabilidade civil do Estado, julgue (C ou E) o item subsequente. O catálogo de direitos fundamentais na CF inclui, além dos direitos e garantias expressos em seu texto, outros que decorrem do regime e dos princípios por ela adotados, ou de tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

18. Considerando os princípios, direitos e garantias fundamentais previstos na CF e a responsabilidade civil do Estado, julgue (C ou E) o item subsequente. O repúdio ao terrorismo e ao racismo é princípio regente das relações internacionais da República Federativa do Brasil, sendo a prática do racismo crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, e o terrorismo, crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

19. Considerando o elemento pessoal do Estado brasileiro, julgue o item a seguir. Nacionalidade é um conceito mais amplo que o de cidadania. Por conseguinte, pressupõe-se que todo cidadão brasileiro é titular da nacionalidade brasileira, seja ela primária ou secundária.

20. Acerca dos direitos políticos e partidos políticos previstos na Constituição da República de 1988, julgue o item abaixo. Aos partidos políticos é assegurada plena liberdade de organização, não se estabelecendo limites ao seu programa ideológico.

21. Acerca da organização do Estado, na forma como prevista pela Constituição Federal, julgue o item a seguir. São da competência legislativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento.

22. Com relação à competência para legislar sobre orçamento, julgue o item que se segue. Atualmente, compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre o orçamento, limitando-se a União a estabelecer normas gerais e cabendo aos estados exercer competência suplementar.

23. No item seguinte é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Determinada proposta de emenda constitucional foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Nessa situação, a proposta deve ser submetida à apreciação do presidente da República, que disporá do prazo de quinze dias para sancioná-la ou vetá-la.

24. Com relação ao Poder Judiciário, julgue o item que se segue. Nesse sentido, considere que a sigla CNJ, sempre que empregada, refere-se a Conselho Nacional de Justiça. De acordo com o entendimento do STF, o CNJ não exerce função jurisdicional, e os seus atos e decisões sujeitam-se ao controle jurisdicional da corte constitucional.

25. Com relação à Constituição do Estado de Alagoas, julgue o item seguinte. A sede do governo do estado de Alagoas será o município de Marechal Deodoro, anualmente, no dia 15 de novembro.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

26. A respeito das sociedades limitadas, julgue o item a seguir.

É de cinco anos da data da subscrição das quotas sociais o prazo para que os sócios respondam solidariamente pela exata estimativa de bens conferidos ao capital social de uma sociedade limitada.

27. Em se tratando da sociedade por conta de participação, o sócio participante não pode tomar parte nas relações do sócio ostensivo com terceiros, sob pena de responder solidariamente com este pelas obrigações em que intervier.

28. Os atos dos administradores da sociedade empresária, se praticados nos limites dos poderes que lhes foram atribuídos, também chamados de atos ultra vires, não vinculam o seu patrimônio pessoal, mas apenas o patrimônio societário.

29. A sociedade que funciona sem registro na junta comercial terá sócios com responsabilidade ilimitada e solidária pelas obrigações sociais.

30. As sociedades institucionais são constituídas mediante a celebração de um contrato social, e são dissolvidas de acordo com as regras previstas no Código Civil.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

31. Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação da Lei nº 12.376/2010) é INCORRETO afirmar que quando a sucessão incidir sobre bens de estrangeiro residente, em vida, fora do Brasil, será aplicada a lei do país de domicílio do defunto, quando esta for mais favorável ao cônjuge e aos filhos brasileiros, mesmo que todos os bens estejam localizados no Brasil.

32. O negócio jurídico não será considerado nulo quando celebrado por pessoa que não consegue expressir sua vontade por causa permanente.

33. Na solidariedade passiva, todos os devedores respondem pelos juros da mora, ainda que a ação tenha sido proposta somente contra um, mas o culpado responde aos outros pela obrigação acrescida.

34. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, ainda que expressamente houver por eles se responsabilizado.

35. Nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que deixou de se abster do que era obrigado.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

36. Considere a seguinte situação hipotética. Entrou em vigor, no dia 1.^º/1/2020 uma lei temporária que vigoraria até o dia 1.^º/2/2020, na qual se preceituou que o aborto, em qualquer de suas modalidades, nesse período, não seria crime. Assim sendo, se Patrícia Cristina praticou aborto voluntário no dia 20/1/2020, mas somente veio a ser denunciada no dia 3/2/2020, não se aplica a lei temporária, mas sim a lei em vigor ao tempo da denúncia.

37. O crime de falsificação de documento público compreende o ato de falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro, incorrendo nas mesmas penas quem insere ou faz inserir em documento contábil, ou qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado.

38. A omissão, em documento público ou particular, de declaração que dele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa, diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, configura o crime de falsidade ideológica.

39. João Augusto é oficial de justiça da 2^a Vara Cível de Diadema-SP. No exercício de suas funções, de posse de mandado judicial, se dirigiu à casa Peter Aurélio para efetuar despejo coercitivo. Ao chegar no local, encontrou seu grande amigo Harry Lúcio, que estava residindo na casa ao lado de Peter Aurélio. Harry Lúcio contou que Peter Aurélio passava por dificuldades financeiras, tinha dois filhos pequenos e que sua esposa estava grávida. Ao tomar conhecimento de que João Augusto faria o despejo de Peter Aurélio, Harry Lúcio pediu a João Augusto que

retardasse o despejo de Peter Aurélio, no sentido de que ele pudesse se ajustar em outro lugar, o que foi prontamente atendido por João Augusto. Nessa hipótese, João Augusto deverá responder pelo crime de prevaricação.

40. Ricardo, servidor público, desviou para reforma da repartição pública de onde trabalha, determinada quantia que dispunha em razão de seu cargo que estava regularmente destinada à compra de computadores para as escolas do município. Na situação hipotética acima descrita, trata-se de crime de peculato-desvio, independentemente de Ricardo ter-se apropriado da quantia para proveito próprio ou não.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

41. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue o item a seguir:
Imposto é o tributo cujo fato gerador independe de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte, e destina-se a cobrir necessidades gerais do ente público.

42. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue o item a seguir:
Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos atribuídos aos Estados, e se eles não forem divididos em Municípios, também competirá à União a instituição dos impostos municipais.

43. A respeito das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, conforme entendimento dos Tribunais Superiores, julgue o item a seguir:
Configura aumento de tributo, e assim se submete ao Princípio da Anterioridade, a redução ou extinção de desconto legalmente previsto no caso de pagamento antecipado de tributo.

44. A respeito das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, conforme entendimento dos Tribunais Superiores, julgue o item a seguir:

A redução de benefício fiscal é considerada como aumento indireto de tributo, se submetendo, desta forma, ao princípio da anterioridade anual e nonagesimal.

45. A respeito das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, no que se refere às Imunidades, julgue o item a seguir:

Serviços Notariais, por serem Serviços Públicos prestados por meio de delegação do Poder Público, são alcançados pela Imunidade Recíproca.

46. A respeito das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, no que se refere às Imunidades, julgue o item a seguir:

Segundo a Constituição Federal é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos sobre o patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que sejam atendidos os requisitos da lei.

47 A respeito da Competência Tributária, julgue o item a seguir:

Conforme dispõe a Constituição Federal, a competência para legislar sobre Direito Tributário é concorrente entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

48. A respeito da Competência Tributária, julgue o item a seguir:

Os Impostos Residuais, de competência da União, só podem ser instituídos mediante lei complementar, e desde que sejam cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.

49. A respeito dos Impostos dos Estados, julgue o item a seguir:

As alíquotas do IPVA, imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal, podem ser diferenciadas em função do tipo e da utilização dos veículos.

50. A respeito dos Impostos dos Estados, julgue o item a seguir:

Cabe à Resolução do Senado Federal a definição dos combustíveis e lubrificantes sobre os quais o ICMS incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade.

51. A respeito dos Impostos Municipais, julgue o item a seguir:

Para fins de tributação do IPTU, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de alguns melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público, como por exemplo, de rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar.

52. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito de Legislação Tributária, julgue o item a seguir:

A lei será aplicada a ato ou fato pretérito, quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo, ainda que em relação a atos ou fatos definitivamente julgados.

53. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito de Legislação Tributária, julgue o item a seguir:

Interpreta-se de maneira literal a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou extinção do crédito tributário.

54. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito do Domicílio Tributário, julgue o item a seguir:

Na falta de eleição do domicílio tributário pela pessoa jurídica de direito privado, considera-se como tal o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.

55. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito da Obrigaçāo Tributária, julgue o item a seguir:

Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, subroga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.

56. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito da Responsabilidade Tributária, julgue o item a seguir:

A responsabilidade por infrações da legislação tributária, independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato, não comportando exceções.

57. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

58. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, somente em sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

59. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito da Exclusão do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

A isenção, inclusive se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo.

60. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito da Exclusão do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

O despacho da autoridade administrativa que concede a anistia, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão, gera direito adquirido.

61. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito da Extinção do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Julgada improcedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda. Caso seja julgada procedente a consignação no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

62. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito da Extinção do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Prescreve em cinco anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

63. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito das Garantias e Privilégios do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, ainda que o devedor tenha reservado bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

64. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito das Garantias e Privilégios do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas.

65. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito das Garantias e Privilégios do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Em caso de falência, pagos os créditos trabalhistas, há preferência do crédito tributário sobre os créditos extraconcursais e os créditos com garantia real, até o valor do bem gravado.

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

De acordo com a estrutura conceitual básica CPC 00 R(2), julgue os itens a seguir

66. Os passivos podem ser reconhecidos mesmo que a empresa não tenha uma obrigação legal.

Julgue os itens seguintes, relativos a atos e fatos administrativos.

67. A aquisição de uma máquina por R\$ 20.000,00 com um desconto incondicional de 10% implica a ocorrência de um fato contábil modificativo.

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito dos critérios de avaliação de estoques de companhias abertas.

68. Uma empresa comercial adquiriu, à vista, mercadorias para revenda por R\$ 2.200.000,00. Nesse valor estavam embutidos R\$ 200.000,00 de ICMS e R\$ 200.000,00 de IPI. A empresa teve ainda um gasto adicional de R\$ 20.000,00 com frete e seguro de transporte das mercadorias adquiridas.

Nessa situação, o custo de aquisição dessas mercadorias foi inferior a R\$ 2.000.000,00.

A respeito da contabilização dos fatos contábeis, em conformidade com as normas emitidas pelo CPC, julgue o item a seguir.

69. A Cia. Corujão adquiriu, em 01/01/2018, um equipamento por R\$ 5.000.000,00, à vista. Na data da aquisição, a vida útil definida pela empresa para o equipamento foi de 10 anos e o valor residual esperado era R\$ 500.000,00. Se a empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Corujão, em 31/12/2019, foi de R\$ 3.600.000,00.

70. Determinada empresa adquiriu um equipamento produtivo, com vida útil estimada de dez anos, pelo valor de R\$ 400 mil. A empresa trabalha com um valor residual de 10% para todos os seus ativos produtivos. Ao final do quinto ano de uso, após apurada e contabilizada a depreciação correspondente de todos os ativos da empresa, avaliou-se o valor em uso do referido equipamento produtivo em R\$ 200 mil, e o seu valor justo, líquido das despesas de venda, em R\$ 185 mil.

Nessa situação hipotética, a empresa deverá reconhecer uma perda por desvalorização do equipamento no valor de R\$ 20 mil.

71. Um contador, ao analisar ações judiciais nas quais a empresa JLS S.A. figura como ré, identificou um processo decorrente de uma autuação fiscal no valor total de R\$ 500.000 e cujo julgamento final estava próximo. Considerando que a perda do processo pela JLS S.A. era provável, os advogados da empresa e peritos independentes estimaram cinco cenários de probabilidades de desembolsos futuros, como mostra o quadro seguinte.

Cenário	Desembolso	Probabilidade
1	500.000	10%
2	400.000	15%
3	300.000	20%
4	200.000	25%
5	100.000	30%

Nessa situação hipotética, a empresa JLS S.A. não deverá reconhecer nenhuma provisão.

De acordo com a Lei n.º 6.404/1976, julgue os próximos itens, a respeito da elaboração e apresentação das principais demonstrações contábeis.

72. Em 2019, a empresa JLS vendeu mercadorias a prazo no valor de R\$ 300.000, com abatimento de R\$ 3.000, o custo era de R\$ 90.000 e o frete da venda, R\$ 600. Houve, ainda, a devolução de mercadorias vendidas, no valor de R\$ 42.000, com custo de R\$ 12.600. Nessa situação, o lucro bruto da empresa JLS foi de R\$ 177.600.

73. Caso haja uma mudança de critério contábil em determinada empresa esse evento deverá ser evidenciado na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.

74. Uma empresa contratou seguros no valor de R\$ 7.500,00, em 1º/8/2020, e apresentou as seguintes informações em 30/8/2020.

CONTAS	1.º/08/2020	30/08/2020
Despesa de Aluguel		3.000
Aluguel Antecipado	250	700
Aluguel a pagar	650	100

Consoante essas informações, o montante que deve ter sido evidenciado na demonstração do fluxo do disponível a título de pagamento de seguros no mês de agosto de 2019 é de R\$ 4.000,00.

Com relação às demonstrações contábeis de companhias abertas, julgue o item a seguir.

75. Na demonstração do valor adicionado, que contempla informações relacionadas à criação e à distribuição de riqueza por parte de uma entidade, as receitas correspondentes a construção de ativos próprios, devem ser classificadas como valores adicionados gerados pela entidade.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Marcondes Fortaleza

76. Depreciação e energia elétrica podem ser classificadas como despesa ou como custo direto de fabricação.

77. Os custos primários são os custos que estão diretamente associados à produção.

78. Se o estoque final de produtos acabados for menor que o estoque inicial de produtos acabados, o custo dos produtos vendidos será menor que o custo de produção acabada.

79. Dados extraídos da contabilidade da companhia É LENHA S.A em 31.07.21:

- Matéria-prima comprada em julho: R\$ 500,00
 - Custos indiretos de fabricação em julho: R\$ 600,00
 - Estoque inicial de produtos em elaboração: R\$ 800,00
 - Custo da produção acabada: R\$ 1.950,00
 - Estoque final de produtos em elaboração: R\$ 400,00
- O valor da mão de obra direta no referido mês alcançou o valor de R\$ 450,00.

80. Quanto maior é a complexidade dos processos de fabricação de determinado produto, menor será a distorção causada na apuração do seu custo de produção quando não se usa o ABC.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Thiago Cavalcanti

As metodologias Agile permitem que as empresas maximizem valor e lidem com riscos de forma eficaz, razão pela qual a maioria das empresas de TI adota o Agile em seus fluxos de trabalho. Scrum é um framework ágil usado para gerenciar e executar projetos com pequenas equipes. Sobre o respectivo framework avalie o item abaixo.

81. O Time Scrum não deve ser formado por mais de 10 membros para otimizar a produtividade e minimizar a complexidade da coordenação.

Sobre BPM julgue o item a seguir:

82. Business Process Management (BPM) é focado em melhorar a eficiência de um negócio, tornando os processos mais eficientes, flexíveis e confiáveis e reduzindo custos.

Sobre os conceitos dados, informação, representação de dados, de conhecimentos, segurança e inteligência, avalie os itens a seguir:

83. Informação é difícil de estruturar, difícil de capturar em computadores, normalmente é tácito (não explícito) e sua transparência é complexa.

84. A informação é gerada quando é atribuído significado ao dado sem se preocupar com o contexto.

Sobre banco de dados relacional, julgue os itens a seguir:

85. Um banco de dados relacional é uma coleção de relações (ou tabelas bidimensionais) com nomes distintos. É um mecanismo de armazenamento persistente que está em conformidade com o modelo relacional.

86. O modelo relacional é baseado na suposição de que cada tupla em uma relação contém um único valor (atômico) para cada um de seus atributos. Portanto, uma relação não permite atributos compostos e multivalorados. Além disso, permite denotar o valor do atributo como nulo, caso o valor não exista para aquele atributo ou o valor seja desconhecido.

87. Uma superchave é um subconjunto de atributos de um esquema de relação R, tal que, para quaisquer duas tuplas distintas t1 e t2 em relação ao estado de R, a superchave de t1 seja diferente de superchave de t2, assim, toda superchave possui as propriedades de unicidade e irredutibilidade.

Sobre data warehouse, ETL, Big Data e OLAP julgue os itens a seguir.

88. Uma das vantagens de usar um data warehouse é que um analista de dados pode realizar consultas e análises complexas das informações armazenadas em um data warehouse sem afetar os sistemas OLTP.

89. Os dados em um warehouse são geralmente dados multidimensionais com atributos de medida e atributos de dimensão. Os atributos que medem algum valor e podem ser agregados são chamados de atributos de dimensão. Por outro lado, os atributos que definem as dimensões nas quais os atributos de medida e seus resumos são visualizados são chamados de atributos de medida.

90. O teorema CAP prova que você pode criar um banco de dados distribuído que pode ter uma ou mais das seguintes qualidades: pode ser consistente (as gravações são atômicas e todas as solicitações subsequentes recuperam o novo valor), disponível (o banco de dados sempre retornará um valor, desde que um único servidor esteja em execução) e/ou tolerante a partição (o sistema ainda funcionará mesmo se a comunicação entre servidores for temporariamente perdida - ou seja, uma partição de rede). O teorema afirma que qualquer sistema pode ter no máximo duas dessas características ao mesmo tempo, e nunca as três.

Sobre Visualização e análise exploratória de dados avalie o item a seguir

91. A análise exploratória de dados (EDA), iniciada por John Tukey, estabeleceu uma base para o campo da ciência de dados. A ideia principal da EDA é que a primeira e mais importante etapa em qualquer projeto baseado em dados é definir uma hipótese ou modelo estatístico para os dados.

Sobre Self-service BI, seus conceitos e principais ferramentas avalie o item abaixo.

92. O núcleo do conjunto de ferramentas de business intelligence de autoatendimento (self-service BI) da Microsoft é o mecanismo de dados Power BI (também conhecido como Power Pivot).

Sobre Segurança da informação, criptografia, assinatura digital e certificação digital julgue os itens a seguir:

93. Integridade é a propriedade de que as informações não sejam disponibilizadas ou divulgadas a indivíduos, entidades ou processos não autorizados

94. Vulnerabilidade é uma causa potencial de um incidente que pode resultar em danos a um sistema ou organização.

95. Na criptografia de chave pública (ou assimétrica) qualquer pessoa pode enviar uma mensagem cifrada usando a chave pública do destinatário.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

Dos 36 servidores públicos de um setor do MP RS, sabe-se que: apenas 7 são advogados, 22 são do sexo masculino e 11 são mulheres que não são advogadas.

96. Diante do exposto, infere-se que o número de homens que não são advogados é superior a 17.

Uma pesquisa realizada com um grupo de 35 papiloscopistas da polícia federal a respeito da atividade A — identificação de vítimas — e da atividade B — descoberta de crimes de falsificação — revelou que 29 gostam da atividade A e 28 gostam da atividade B.

Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

97. A quantidade máxima de papiloscopistas desse grupo que não gosta de nenhuma das duas atividades é inferior a 7.

98. Infere-se dos dados que a quantidade mínima de papiloscopistas desse grupo que gostam das duas atividades é superior a 20.

Dos 5.000 candidatos inscritos para determinado cargo, 800 foram eliminados pelos procedimentos de investigação social; 4.500 foram desclassificados na primeira etapa; 50 foram reprovados no curso de formação(segunda etapa), apesar de não serem eliminados na investigação social e os outros eliminados durante o curso de formação também foram eliminados na investigação social; 350 foram nomeados; todos os classificados na primeira etapa e não eliminados na investigação social até o momento da matrícula no curso de formação foram convocados para a segunda etapa; todos os aprovados no curso de formação e não eliminados na investigação social foram nomeados.

Tendo como referência esses dados hipotéticos, julgue os itens a seguir.

99. Infere-se das informações apresentadas que 50 candidatos foram reprovados no curso de formação e também eliminados no processo de investigação social.

100. Menos de 20% dos candidatos foram eliminados no processo de investigação social.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Eduardo da Rocha

Dia 01/05/2021, Dimulé, residente em Maceió, fechou contrato de importação equipamentos de filmagem pelo porto de Santos-SP no valor de U\$ 1.000 (mil dólares). Houve também despesas aduaneiras no valor de R\$ 150, Imposto sobre produtos industrializados no valor de R\$ 200 e Imposto de importação no valor de R\$ 200. A autoridade aduaneira fixou o valor das mercadorias em \$ 1.400 (mil e quatrocentos dólares). A mercadoria chegou no porto em 10/05/2021 e foi entregue ao destinatário em 15/05/2021. Por autorização da legislação o desembaraço se deu apenas no dia 29/05/2021.

A taxa de câmbio utilizada para se calcular o II foi de R\$ 3. Além disso as taxas eram:

01/05/2021 – R\$ 3,50

10/05/2021 – R\$ 3,23

15/05/2021 – R\$ 3,40

29/05/2021 – R\$ 4,00.

Supondo uma alíquota hipotética de 18% de ICMS, de acordo com as informações acima julgue as questões 101 e 102 abaixo:

101. O momento da ocorrência do fato gerador da importação é o do desembaraço aduaneiro, ou seja, 29/05/2021.

102. O ICMS devido na operação de importação é de R\$ 1.042,68.

Em relação ao momento da ocorrência do fato gerador na lei 5.900/96, julgue os itens 103 e 104 abaixo.

103. Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no início da prestação de serviço de transporte iniciado no exterior.

104. Ocorre o fato gerador do ICMS no momento da entrada no estabelecimento de contribuinte alagoano quando da aquisição interestadual de mercadoria.

105. Presumem-se ocorridas operações ou prestações, internas, não tributadas, sem pagamento do imposto e desacompanhadas de documento fiscal, ressalvada ao sujeito passivo a prova da improcedência da presunção, quando se constatar a omissão de registro de aplicação de recursos em contas representativas de disponibilidades ou direitos.

A empresa “Preço Bom”, localizada no Estado de Alagoas, realizou diversas operações durante o mês de junho/2021. No dia 05, transferiu a propriedade de 1000 de facas de armazém geral para um cliente localizado na cidade de Imperatriz-MA. No dia 12, com o intuito de exportar, enviou 5.000 colheres para a empresa “Exportex”, uma empresa comercial exportadora localizada em Maceió. No dia 15, transferiu 2.000 copos para sua filial localizada em Novo Lino-AL. No dia 25, por não ter pago o financiamento de um carro alienado fiduciariamente utilizado para entregar mercadorias, foi obrigada a devolvê-lo ao credor fiduciário. Em 30 de junho a empresa foi incorporada pela empresa “Compra todas”, também localizada no Estado de Alagoas.

Diante dos fatos acima narrados e de acordo com o a lei 5.900/96, julgue os itens 106 a 110.

106. A transferência de facas do dia 05 é uma hipótese de não incidência.

107. A transferência de copos do dia 15 é uma hipótese de não incidência.

108. A devolução do carro ocorrida no dia 25 não é fato gerador do ICMS.

109. A transferência de colheres do dia 12 para a “Exportex”, por não ter ocorrido ainda a exportação, não é hipótese de não incidência.

110. As reduções de base de cálculo relacionadas aos tributos estaduais serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelo Estado.

111. Não incide ICMS na operação com mercadoria componente do estoque do estabelecimento, de um lugar para outro dentro do Estado, em decorrência da mudança de sua localização.

112. De acordo com a lei 5.900/96, consideram-se interdependentes duas empresas quando uma delas, por si, seus sócios ou acionistas e respectivos cônjuges ou filhos menores, for titular de mais de 50% do capital da outra, uma mesma pessoa fizer parte de ambas, na qualidade de diretor, ou sócio com função de gerência, ainda que exercida sobre outra denominação ou uma de elas locar ou transferir a outra, a qualquer título, veículo destinado ao transporte de mercadoria.

113. O IPI não integra a base de cálculo do ICMS quando a operação for realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização e configurar fato gerador de ambos os impostos.

114. O contribuinte é obrigado a comunicar as alterações dos dados cadastrais relativos a sua inscrição, a paralisação temporária e a cessação da sua atividade, na forma que dispuser a legislação.

115. Será suspensa a inscrição do contribuinte que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante, álcool anidro e demais combustíveis líquidos carburantes, em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão competente.

116. Segundo a lei 7.734/2015, nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS localizado em outra unidade da federação, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá à unidade federada de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna da unidade federada origem e a alíquota interestadual.

117. O Programa Contribuinte Arretado, instituído pela lei 8.085/2018, é desenvolvido e implementado pela SEFAZ, com a premissa de diminuição do tempo gasto pelos contribuintes no cumprimento das obrigações tributárias, de simplificação da relação fisco-contribuinte e da participação de contribuintes e organizações privadas na construção de soluções.

118. O Programa Contribuinte Arretado possui caráter temporário e tem como objetivo balizar as políticas públicas de gestão a serem formuladas e implementadas pela SEFAZ, promovendo a racionalização e simplificação dos procedimentos concernentes ao cumprimento das obrigações tributárias principal e acessórias relativas ao ICMS.

De acordo com o Decreto 10.306/2011, que aprova o Regulamento do Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) no Estado de Alagoas, julgue os itens 119 a 121.

119. Ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos forem os herdeiros, legatários ou donatários, ainda que o bem ou direito seja indivisível.

120. As joias e as obras de artes são consideradas bem móveis sujeito ao ITCD.

121. É isenta do ITCD a transmissão de bem imóvel destinado à moradia, vinculado a programa de assistência social e habitação, para pessoas carentes ou de baixa renda.

De acordo com a lei 6.555/04, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, julgue os itens 122 a 126.

122. Ocorre o fato gerador do imposto, relativamente a veículo de propriedade de empresa locadora, na data em que vier a ser locado ou colocado à disposição para locação no território de Alagoas, em se tratando de veículo usado e registrado em outro Estado.

123. É isenta a propriedade de embarcações com 15 anos ou mais de fabricação.

124. A base de cálculo do IPVA referente a veículos novos nacionais é o somatório dos valores constantes nos documentos fiscais de aquisição, relativos a partes, peças e serviços prestados, quando se tratar de veículo montado em local diverso do fabricante do chassi, por encomenda de consumidor final ou para incorporação ao ativo permanente de empresa fabricante ou revendedora.

125. A alíquota de IPVA para aeronaves é de 3%.

126. No caso de arrendamento mercantil, contribuinte é a empresa arrendadora.

Julgue as afirmativas 127 a 130 acerca do Processo Administrativo Tributário – PAT no Estado de Alagoas.

127. A petição será considerada inepta quando apresentada fora do prazo legal.

128. Os prazos processuais serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o dia do vencimento.

129. O Conselho Tributário Estadual - CTE é o órgão julgador de segunda instância administrativa, compondo sua estrutura orgânica 1 órgão Plenário, 2 Câmaras, 1 Secretaria, 1 Assessoria Técnica e 1 Assessoria de Apoio Administrativo.

130. São cabíveis o recurso ordinário e o recurso especial ao CTE (Conselho Tributário Estadual).

AUDITORIA FISCAL

Tonnyvan Carvalho

Acerca das presunções de omissão de receita, julgue os itens subsequentes.

131. Durante a execução dos trabalhos de auditoria, a Auditora Fiscal Khystal Louise revisou as contas a pagar da empresa XPTO LTDA e verificou a existência de várias duplicatas quitadas, emitidas por fornecedores da companhia, mas cuja baixa não tinha sido registrada na escrituração contábil. Esse fato constitui um indício de passivo fictício.

132. O “estouro de caixa” é uma evidência de “caixa dois”. Nesse contexto, pode-se afirmar que uma de suas causas (“estouro”), que tem como consequência o saldo credor da conta contábil “caixa”, é a prestação de serviços à vista (com a consequente entrada de recursos) não contabilizada.

133. A Auditora Fiscal Kímberly Valéria realizou, na empresa Comercial ABC Ltda., a auditoria tributária dos livros fiscais e contábeis, referente ao mês de julho de 2021, confrontando o Extrato Bancário com o Razão Contábil da conta Bancos (ambos fornecidos pela empresa fiscalizada).

A Auditora formalizou uma notificação à empresa Comercial ABC Ltda. solicitando justificativa para a diferença existente entre a contabilização de receita de vendas ao cliente XYZ Prestador de Serviços Ltda. (nos livros contábeis ECD – valor de R\$ 20.000,00 no dia 22 de julho) versus os valores do Extrato Bancário (recebimentos de R\$ 30.000,00 e de R\$ 20.000,00 por meio de transferência bancária da XYZ Prestador de Serviços Ltda. no dia 22 de julho).

Nesse caso, em relação à empresa Comercial ABC Ltda., a Auditora agiu corretamente devido à omissão de venda do contribuinte no valor de R\$ 30.000,00.

134. No processo de fiscalização e acompanhamento do inventário físico de estoques de matéria-prima da indústria 4K, a Auditora Fiscal Kathleen Cecília constatou a existência de quantidades relevantes de itens que não constavam dos registros físico-financeiros e contábeis, após uma detalhada análise do registro de inventário de ICMS no SPED, do saldo contábil da conta Estoques de matéria-prima e de realizar uma contagem física destes itens in loco (que apontou quantidades físicas maiores que as registradas na contabilidade e nos livros fiscais). Nesse caso, a Auditora Fiscal identificou ativos fictícios, devendo proceder com a autuação fiscal de ICMS em relação à quantidade de mercadorias adquiridas que existem fisicamente, mas não foram contabilizadas.

Acerca dos créditos indevidos do ICMS, julgue os itens subsequentes.

135. Contribuinte do Estado de Alagoas do ramo de Ferragens indaga um Auditor Fiscal sobre o seu direito de crédito sobre a aquisição de determinadas mercadorias. Nesse contexto, ao comprar material para uso e consumo, esse contribuinte alagoano poderá se creditar do ICMS destacado em documento fiscal.

136. Os créditos do ICMS incidentes na aquisição de bens do ativo imobilizado não utilizados até o final do prazo legal deverão ser cancelados.

137. O direito de creditar-se nas operações de aquisição de bens para integrar o ativo imobilizado ocorre a partir do mês seguinte ao da entrada do produto no estabelecimento.

138. Caso o bem adquirido para integrar o ativo imobilizado do estabelecimento seja vendido em dois anos a partir da sua aquisição, o direito de creditamento será extinto.

Em relação à auditoria na importação, julgue os itens a seguir.

139. O imposto de Importação, o imposto de produtos Industrializados, o Imposto sobre operações de câmbio, bem como impostos que vierem após o desembarço aduaneiro compõem a base de cálculo do ICMS na importação.

140. Uma sociedade empresária brasileira ABC Ltda importa um equipamento do exterior. Essa aquisição está sujeita ao pagamento de ICMS. Nesse contexto, a data para definição da taxa do câmbio que será aplicável para a determinação do ICMS é a data da venda do ativo.

Com referência à execução da auditoria, em especial, aos testes específicos nas demonstrações contábeis, julgue os itens subsequentes.

141. Considerando o estoque como um item relevante para as demonstrações contábeis, o auditor deve obter evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação à existência e às condições do mesmo. Nesse contexto, o auditor deve realizar o acompanhamento da contagem física dos estoques, mesmo que isso seja impraticável.

142. Na época da auditoria da conta de estoques de uma concessionária de revenda de veículos, no grupo circulante, o Auditor Fiscal observou que um veículo adquirido para uso foi contabilizado como estoque para revenda. Nesse contexto, a direção do teste mais adequado associado à situação exposta é teste principal para superavaliação de ativo e teste secundário para superavaliação de outra conta do ativo.

143. Suponha que, ao efetuar um corte nas verificações relativas aos estoques, o auditor tenha constatado que uma mercadoria importada, constante do inventário, fora embarcada, mas ainda não havia sido entregue, conforme exigência contratual. Em tais circunstâncias, como a aquisição não tinha sido ainda registrada, o lucro bruto da empresa auditada foi indevidamente diminuído.

144. O Auditor Fiscal ao realizar procedimento de recálculo dos valores de depreciação, calculados sobre o imobilizado da empresa, constatou que esse valor estava incorreto, tendo sido utilizado taxa menor do que a permitida. Nesse caso, o saldo da conta de depreciação acumulada está subavaliado e o imobilizado está subavaliado.

145. O auditor externo, ao analisar as contas da Empresa 4K Concessionária de Veículos, constata que, na requisição de um automóvel para uso exclusivo da diretoria da empresa, o contador mantém o registro do referido automóvel no Estoque. Assim, o auditor considera o saldo da conta de veículos subavaliado, em decorrência do lançamento efetuado erroneamente.

146. As contas a receber representam os direitos (ativos) da empresa, normalmente decorrentes de vendas ou prestação de serviços a prazo. Dependendo da relevância desses direitos, esse grupo de contas deverá receber atenção especial da equipe de auditoria, no intuito de verificar a adequação dos controles adotados. Nesse contexto, um dos objetivos da auditoria nas contas a receber é verificar se os direitos registrados pela contabilidade são legítimos.

147. Em relação ao Inventário Físico de Estoques a ser realizado pelas empresas, julgue o item a seguir.

Quando o valor dos estoques for expressivo em relação à posição patrimonial e financeira da empresa, o auditor deve acompanhar o inventário físico executando testes de confirmação das contagens físicas e procedimentos complementares necessários.

Acerca das normas vigentes de auditoria, julgue os itens a seguir.

148. O auditor deve planejar e implementar respostas gerais para tratar dos riscos avaliados de distorção relevante no nível de afirmações e deve planejar e executar procedimentos adicionais de auditoria, cuja natureza, época e extensão se baseiam e respondem aos riscos avaliados de distorção relevante no nível das demonstrações contábeis.

149. A confiabilidade da evidência é influenciada pela sua fonte e sua natureza e depende das circunstâncias individuais em que é obtida. Em havendo dúvida a respeito da confiabilidade das informações ou indicações de possível fraude, nos termos da NBC TA 200(R1), exige-se que o auditor comunique o fato ao responsável pela governança da entidade e evite aplicar novos procedimentos de auditoria.

150. A manutenção do ceticismo profissional ao longo de toda a auditoria é necessária, por exemplo, para que o auditor reduza os riscos de ignorar circunstâncias usuais.

151. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, suficiência e confiabilidade correspondem às características que compõem a medida da qualidade da evidência de auditoria, as quais fornecem suporte às conclusões em que se fundamenta a opinião do auditor.

152. A obtenção de evidência de auditoria de fontes diferentes ou de natureza diferente pode indicar que um item individual da evidência de auditoria não é confiável, como quando a evidência de auditoria obtida em uma fonte é incompatível com a evidência obtida em outra. Se houver inconsistência ou dúvidas quanto à confiabilidade da evidência de auditoria, o auditor deve ampliar a amostra, determinando meios para selecionar itens a serem testados que sejam eficazes para o cumprimento dos procedimentos de auditoria.

153. Durante a auditoria das demonstrações contábeis, a administração da entidade auditada não forneceu representação formal ao auditor, declarando que haviam sido fornecidas todas as informações e permitidos os acessos necessários, bem como que todas as transações tinham sido registradas e estavam refletidas nas demonstrações contábeis. Nessa situação hipotética, o relatório de auditoria, conforme as normas de auditoria vigentes, deverá ser registrado com opinião adversa.

154. Segundo as normas vigentes, são exemplos de circunstâncias que impossibilitam o auditor a obter evidência de auditoria apropriada e suficiente decorrente de limitação no alcance da auditoria imposta pela administração: a administração não permite que o auditor acompanhe a contagem física dos estoques e a administração não permite que o auditor solicite confirmação externa de saldos contábeis específicos.

155. Procedimentos de avaliação de riscos são os procedimentos de auditoria aplicados para a obtenção do entendimento da entidade e do seu ambiente, incluindo o controle interno da entidade, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causados por fraude ou erro, nos níveis das demonstrações contábeis e das afirmações. Nos termos da NBC TA 315(R1), incluem-se entre os procedimentos de avaliação de riscos, os procedimentos analíticos, a observação, a inspeção e o recálculo.

Com relação à auditoria na escrituração fiscal digital (EFD) e na nota fiscal eletrônica (NFe), julgue os itens a seguir.

156. Ainda que formalmente regular, não será considerado documento fiscal idôneo a NF-e que tiver sido emitida ou utilizada com dolo, fraude, simulação ou erro, que possibilite, mesmo que a terceiro, o não-pagamento do imposto ou qualquer outra vantagem indevida.

157. Uma Distribuidora de Bebidas vendeu 20 caixas de cerveja para um contribuinte de um pequeno comércio da capital Maceió. Ocorre que, passados alguns dias da entrega da mercadoria, o proprietário do pequeno comércio solicitou da distribuidora a correção da NF-e, pois a inscrição estadual estava errada, uma vez que pertencia a um outro contribuinte.

Nessa situação, o procedimento cabível será a emissão de uma Carta de Correção para alterar a inscrição estadual, conforme solicitado pelo proprietário do pequeno comércio.

158. O DANFE é documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.

159. O contribuinte usará a EFD para escrituração dos Livros de Entrada, Livros de Saída, Livro de Apuração do ICMS e do IPI, o Livro documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP e o Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque.

160. O contribuinte que possuir mais de um estabelecimento, seja filial, sucursal, agência, depósito, fábrica ou outro qualquer, deverá prestar as informações relativas à EFD em arquivo digital de forma centralizada, inclusive na apuração dos Impostos.

Preencha o Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-AL-07-08-21>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!



Estratégia
Concursos

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>